

1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA DO**
3 **RIO CUIABÁ**

4 Ao vigésimo quarto dia (24) de setembro de dois mil e vinte (2020) às 14:00
5 (quatorze) horas na plataforma de reuniões do Google (*Meet*), ocorreu a terceira
6 Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem
7 Esquerda do Rio Cuiabá, com a seguinte pauta: I – LEITURA DA ATA DA 2ª
8 REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS
9 AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CUIABÁ; II – APRESENTAÇÃO
10 DA DIRETORA DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS
11 PÚBLICOS DELEGADOS DE CUIABÁ, ROSIDELMA FRANCISCA GUIMARÃES
12 DOS SANTOS SOBRE O TEMA: “DESAFIOS E MUDANÇAS DA LEI 14026/2020
13 NA ATUAÇÃO DA ARSEC” III- APRESENTAÇÃO DO SUPERINTENDENTE DE
14 DRENAGEM URBANA DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E
15 SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, MARCOS MONTENEGRO
16 SOBRE O TEMA: “REGULAÇÃO DE DRENAGEM FEITA PELA ADASA”; IV –
17 INFORMES GERAIS. A presidente do Comitê, Prof. Eliana Beatriz Nunes Rondon
18 Lima, faz a chamada para conferência de quórum, e dá início a reunião
19 cumprimentando a todos. I- A Presidente informa que a ata da reunião anterior já
20 havia sido encaminhada por e-mail aos membros e pergunta se há alguma
21 sugestão. Na ausência de questionamentos, a ata foi aprovada por todos. Em
22 seguida, a Presidente solicita uma inversão da pauta para a apresentação do
23 Superintendente Marcos, devido ao compromisso do mesmo. Aprovada por todos,
24 a presidente passa a palavra para o superintendente que inicia a sua apresentação
25 agradecendo o convite para palestrar na reunião do Comitê. III- Marcos inicia sua
26 fala apresentando algumas características do Distrito Federal, que possui área de
27 aproximadamente 6.000 km², 3 milhões de habitantes sendo 97% residentes na
28 área urbana, ao redor do DF tem-se os municípios dos estados de Minas Gerais e
29 Goiás em sua maioria, configurando a região integrada de desenvolvimento

30 econômico do Distrito Federal. No ponto de vista do serviço de saneamento o DF
31 sendo estado e município é intitulado serviço de saneamento básico, se
32 assemelhando com municípios. Desde a década de 60 o estado possui uma
33 companhia estatal, a CAESB, prestadora de serviços. No âmbito da limpeza urbana
34 e manejo de resíduos é da autarquia distrital, que utiliza de recursos fiscais do
35 orçamento do Distrito Federal para limpeza urbana e é cobrada uma taxa de limpeza
36 pública no IPTU para financiar esses serviços. O superintendente comenta o
37 fechamento do lixão do estado, há mais de 2 anos atrás, considerado o maior da
38 América Latina e o segundo maior do mundo, e inicia a operação do aterro sanitário,
39 sendo bem sucedida. A abertura do aterro permitiu a organização de uma
40 cooperativa pelos catadores com dispensa de licitação, mas não de documentação,
41 para atuarem nas unidades de triagem montadas. Além disso, possuem um
42 Conselho de Recursos Hídricos e Secretaria de Meio Ambiente funcionando a nível
43 distrital, 3 CBHs, Conselho de Saneamento Básico e Conselho de Limpeza Urbana.
44 Recentemente houve o advento da Agência Reguladora de Saneamento e Energia
45 Distrital, e é também a Agência de Água do DF. Os Planos de Bacia são feitos por
46 contratos de consultoria pela própria ADASA e depois aprovados pelo Conselho de
47 Recursos Hídricos e CBH. A ADASA regula os serviços prestados pela CAESB, por
48 meio de um contrato de concessão, dos serviços de qualidade e regulação
49 econômica. Recentemente houve uma reestruturação da tarifa de água e esgoto,
50 com o aumento de beneficiários da tarifa social, de 3 mil famílias para 20 mil
51 recebendo esse benefício, porém o público alvo são 70 mil famílias, pois de acordo
52 com o novo regulamento da tarifa da CAESB as famílias que recebem bolsa família
53 tem direito a essa tarifa. Na área de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
54 é uma autarquia com contrato de gestão de qualidade com a ADASA, a regulação
55 econômica não é feita pelo fato da taxa ser parcialmente paga pela autarquia e não
56 ser determinada pela ADASA, além disso a limpeza pública não pode ser financiada
57 por taxa porque é inconstitucional. A drenagem urbana e manejo de águas pluviais
58 é atendida pela empresa Novacap no DF, constituída na década de 50 para
59 construir Brasília concentrando os serviços de saneamento, energia, transporte e

60 telefonia até a fundação da capital, atualmente cuida apenas da construção de
61 edifícios públicos, vias urbanas, manutenção viária urbana do DF, além das águas
62 pluviais. O superintendente comenta que não há um recurso específico para
63 drenagem, não há cobrança pela prestação de serviços e disputa o orçamento geral
64 do Distrito Federal, é uma condição onde não permite regulação econômica. O
65 principal desafio é institucionalizar a prestação de serviço para ter a possibilidade
66 de regulação, e para isso é necessário um prestador especializado, recurso de fonte
67 específica e garantida para ter a regulação. Há aproximadamente 10 anos, foi
68 implementado um sistema de outorga para lançamento de águas pluviais nas
69 galerias de drenagem, respeitando limites estabelecidos para qualidade e
70 quantidade. Marcos Montenegro cita as ações priorizadas pela Superintendência de
71 Drenagem Urbana da ADASA: Plano Distrital de Drenagem Urbana, Plano Distrital
72 de Saneamento Básico, Plano da Bacia do Rio Paranaíba, Manual de Drenagem
73 Urbana com caráter de orientação, Resolução a respeito de prestação e utilização
74 do serviço de esgotamento sanitário e Manual de Boas Práticas de Sedimentos
75 Originários de Canteiros de Obras no Forno que poluem o Lago Paranoá. Em
76 relação a institucionalização do serviço, foi contratado um estudo de análise de
77 aéreas recentes do DF e fizeram a caracterização das áreas impermeabilizadas e
78 não impermeabilizadas da região urbana, para o conhecimento das áreas ocupadas
79 de uso comum do povo e a quantidade de áreas impermeabilizadas em metros
80 quadrados no interior de lotes. Essa caracterização é importante para a gestão do
81 solo urbano e para fazer uma modelagem da cobrança. Montenegro termina sua
82 fala e abre para perguntas. Professora Eliana pergunta quais os critérios utilizados
83 e quais variáveis são controladas na outorga da qualidade das águas de drenagem.
84 Montenegro responde que há uma vazão máxima de lançamento, sendo uma vazão
85 estimada específica para desejos de águas pluviais e enchentes. Em relação a
86 qualidade, os sedimentos e outros poluentes carregados pelas primeiras águas da
87 chuva são a preocupação maior, por isso há a previsão do dimensionamento de um
88 reservatório de qualidade para permitir a decantação de 24h de descanso das
89 primeiras águas da chuva. Sem mais perguntas, a professora passa a fala para a

90 Diretora da ARSEC Rosidelma Guimarães. **II-** Rosidelma inicia sua apresentação
91 sobre o tema “Desafios e Mudanças na Lei 14026/2020 na atuação da ARSEC”
92 explicando que no Art 25^a da lei diz:” A ANA instituirá as normas de referência para
93 a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por seus
94 titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observada a legislação
95 federal pertinente.” Então, foram feitas pesquisas para construir as normas de
96 referência, até chegarem à conclusão que o primeiro passo seria a criação de uma
97 agenda regulatória. Ela define datas para webinar de nivelamento sobre agenda
98 regulatória, reuniões prévias com atores do setor, elaboração de proposta preliminar
99 de agenda regulatória, consulta pública na internet e aprovação da Resolução pela
100 Diretoria Colegiada da ANA, sendo um processo bem democrático de acordo com
101 a Diretora. Rosidelma explica que as Normas de Referência foram divididos em
102 quatro eixos definidos pela pesquisa e quais os assuntos deveriam ser trabalhados
103 em cada tópico, podendo ainda ser editadas pela ANA. A Associação Brasileira de
104 Agências de Regulação (ABAR) contribui para as normas por meio de consultoria e
105 grupos de trabalho com diferentes temas conforme as demandas da ANA, buscando
106 em qual grupo cada agência deseja participar. Após essa explicação, a diretora
107 comenta sobre algumas obras finalizadas do plano de investimentos emergenciais
108 da concessionária, como: finalização da ETE Tijucal, melhoria do tratamento da ETE
109 Dom Aquino e finalização da ETA Sul. A professora Eliana pergunta como está
110 sendo feito o tratamento e destinação do lodo das ETAs, Rosidelma responde que
111 a ETA Sul já foi construída com estrutura para tratamento do lodo e em todos os
112 distritos já foram construídos também, apenas a ETA São Sebastião e Tijucal não
113 possuem um tratamento completo para o lodo, porém existem propostas de
114 transportar o lodo para as ETEs próximas. A presidente agradece a apresentação
115 da diretora Rosidelma e passa para os informes gerais. **IV-** Lorena Moreira da SEMA
116 pergunta quando os trabalhos da câmara técnica irão iniciar para o enquadramento
117 dos córregos urbanos de forma a auxiliar a professora. Eliana explica que ainda está
118 coletando e compilando dados para poder fundamentar a justificativa e solicitar a

119 melhoria da qualidade dos córregos, com a diminuição das classes de alguns
120 trechos. Após tratar toda a pauta a presidente dá por encerrada esta reunião.

121

122



123 Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima - Presidente do CBH Cuiabá - ME

124

Suzan Lannes de Andrade – 1ª Secretária do CBH Cuiabá - ME